



Município de Mercedes

Estado do Paraná

1 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2023.

1.1 - PREÂMBULO

O Município de Mercedes, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações, instituída através da Portaria nº 591/2022, torna público que se encontra aberto Processo Administrativo para **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil) PARA EFETUAR A ARRECADAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE MERCEDES.**

O Credenciamento é regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, pela Lei Ordinária Municipal n.º 1552, de 10 de abril de 2019.

1.2 – OBJETO

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil) PARA EFETUAR A ARRECADAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE MERCEDES, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO (FATURA, TARIFA E/OU OUTROS).

1.2.1 – A documentação poderá ser apresentada ao Departamento Administração, da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555, centro, CEP 85998-000, na Cidade de Mercedes - PR, a partir da publicação do presente edital.

2 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E AQUISIÇÃO DO EDITAL:

2.1 - O Departamento de Administração prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados neste credenciamento, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, na Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555, centro, CEP 85998-000, na Cidade de Mercedes – PR.

2.1.1 - Alternativamente poderá o requerimento ser enviado para o e-mail licitacao@mercedes.pr.gov.br, correndo por conta do interessado o risco de seu efetivo recebimento pelo destinatário em tempo hábil.

2.2 - Os interessados em adquirir fotocópia deste Edital e seus anexos, poderão fazê-lo mediante recolhimento do respectivo custo de reprodução gráfica, na forma do Decreto n.º 007/2021, sendo gratuito o seu fornecimento por correio eletrônico ou por gravação em mídia removível disponibilizada pelo interessado, desde que, por este solicitado. Alternativamente, a critério dos interessados, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, gratuitamente, através da página oficial do Município de Mercedes na internet, no endereço eletrônico www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php

2.3 - As instituições financeiras ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no endereço eletrônico www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php, bem como as publicações no Diário Oficial Eletrônico



Município de Mercedes

Estado do Paraná

do Município de Mercedes, constante do endereço eletrônico www.mercedes.pr.gov.br, “Diário Oficial” e www.publicacoesmunicipais.com.br/eatos/#mercedes

3 – DOS VALORES

3.1 – Os valores a serem pagos em face da prestação dos serviços são os seguintes:

Item	Qtd	Unid	Produto	R\$ Unit	R\$ Total
1	37000	unid	Documentos de Arrecadação (fatura, tarifa e/ou outros), com código de barras e prestação de contas por meio de meio eletrônico ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados. Documento a ser pago no por meio de débito automático em conta-corrente e/ou guichê da pessoa jurídica/instituição financeira.	1,40	51.800,00

Total Geral: R\$ 51.800,00 (cinquenta e um mil e oitocentos reais).

3.2 – O valor máximo pago pelas arrecadações será de R\$ 51.800,00 (cinquenta e um mil e oitocentos reais). Tal montante representa a estimativa de documentos a serem arrecadados, para um período de 12 (doze) meses, levando em consideração o histórico do exercício de 2022 e dados parciais inerentes ao exercício de 2023.

3.3 - O preço pelo qual é contratado o objeto poderá sofrer reajuste na periodicidade e forma definidas no parágrafo único do art. 3º da Lei Ordinária Municipal n.º 1552, de 10 de abril de 2019, independentemente da data de assinatura do contrato de prestação de serviços.

3.4 – As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.009.17.512.0009.2041 – Gestão do Sistema de Abastecimento de Água – SEMAE.

Elemento de despesa: 33903981

Fonte de recurso: 055

4 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão requerer credenciamento as instituições financeiras que comprovem aptidão para o exercício da atividade a ser contratada, apresentando os documentos constantes do item 5.

5 – HABILITAÇÃO

5.1 - As instituições financeiras que tiverem interesse em credenciar-se e contratar deverão apresentar os seguintes documentos devidamente encadernados e AUTENTICADOS, ou acompanhados do original para autenticação por membro da Comissão Permanente de Licitações (salvo os documentos emitidos via internet):



Município de Mercedes

Estado do Paraná

- I - Requerimento solicitando credenciamento junto ao Município, devidamente assinado pelo representante legal da pessoa jurídica, indicando número do CPF e demais dados pertinentes do responsável pela assinatura de instrumento contratual decorrente do credenciamento;
- II - Comprovante de Inscrição e de Situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- III - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- IV - Certidão de Regularidade de débitos de Tributos Estaduais;
- V - Certidão de Regularidade de débitos de Tributos Municipais;
- VI - Certidão de Regularidade de Situação CRF, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;
- VII - Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituído pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011;
- VIII – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (devidamente válido);
- IX – Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, conforme o caso (caso o contrato social não seja o consolidado, deverão ser apresentadas todas as alterações contratuais);
- X – Prova de autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil.

5.2 – Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em plena validade. Caso em algum documento não conste o prazo de validade, este será considerado válido em até 60 (sessenta) dias após a data de emissão.

5.3 - A Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, exigível para este Credenciamento, constitui documento hábil para a comprovação da regularidade fiscal da interessada.

6 – CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO, OBRIGAÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO.

6.1 – Serão credenciados tantos interessados quantos solicitem credenciamento e tenham se habilitado.

6.1.1 – A análise do atendimento das disposições do presente edital serão realizadas pela Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n.º 591/2022, que deverá retratar suas conclusões em ata e submetê-las a homologação do Chefe do Poder Executivo.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

6.1.2 – É assegurado o direito de recurso, no prazo e termos previstos no art. 109 da Lei n.º 8.666/93, caso o pedido de credenciamento seja indeferido por qualquer motivo.

6.1.2.1 – O recurso poderá ser protocolado junto ao Departamento de Administração, de segunda a sexta-feira, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, na Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555, centro, CEP 85998-000, na Cidade de Mercedes – PR ou, alternativamente, enviado para o e-mail licitacao@mercedes.pr.gov.br, correndo por conta do interessado o risco de seu efetivo recebimento pelo destinatário em tempo hábil.

6.2 – Os serviços serão solicitados e executados de acordo com a necessidade do Município e atendendo ao princípio da economicidade.

6.3 - O início dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA deverá ser imediato, logo após a assinatura do Contrato, cuja vigência será prorrogável por comum acordo entre as partes, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

6.4 - A CONTRATADA ficará responsável pela administração do recebimento da remuneração dos serviços de abastecimento de água potável prestados pelo CONTRATANTE, representados por Documento de Arrecadação Municipal – DAM, com código de barras padrão FEBRABAN.

6.4.1 - Ao proceder a arrecadação, deve a CONTRATADA atestar no corpo do documento de arrecadação, por meio de carimbo, autenticação mecânica ou impressa, o recebimento do respectivo valor, com o registro da data de sua efetivação, ou então anexar ao documento de arrecadação impresso com a informação da quitação, exceto quando se tratar de débito automática em conta-corrente.

6.4.2 - A CONTRATADA deverá conservar em seu poder os comprovantes de recebimento pelo período de 06 (seis) meses, findo o qual, poderá inutilizá-los, tomando as devidas providências para que o nome e os dados do consumidor não fiquem expostos, exceto quando se tratar de débito automático em conta-corrente.

6.4.3 – A aceitação de cheques para pagamento da remuneração a ser arrecadada é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.4.4 – A atividade de arrecadação será desenvolvida sem subordinação, vínculo de emprego ou relação de trabalho.

6.5 - A CONTRATADA não se responsabilizará pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

I. o documento de arrecadação não seja adequado ao padrão FEBRABAN;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

- II. o documento de arrecadação for impróprio;
- III. documento de arrecadação vencido emitido em anos anteriores;
- IV. o documento de arrecadação contiver emendas e rasuras;
- V. documento de arrecadação com valor em Valor de Referência (VR).

6.6 - Nos casos de recebimento indevido dos documentos de arrecadação a CONTRATADA assume total e integral responsabilidade pelo repasse das diferenças dos valores recebidos a menor, acrescidos das penalidades legais a que estão sujeitas até a data do efetivo recolhimento.

6.7 - A CONTRATADA recolherá as arrecadações, de acordo com as instruções de preenchimento e cálculos emanados pelo CONTRATANTE, de acordo com *layout* da guia de recolhimento.

6.8 - A CONTRATADA repassará o produto da arrecadação no 2º (segundo) dia útil após a data do recebimento.

6.8.1 - O repasse do produto de arrecadação será efetuado por meio de crédito em conta de livre movimentação da CONTRATANTE em instituição financeira oficial, devidamente informada à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido no item 6.8.

6.8.2 - A não observância do prazo estabelecido no item 6.8 implicará na obrigatoriedade de remuneração pela CONTRATADA ao CONTRATANTE com base na Taxa Referencial de Títulos Federais (Selic), calculada pela variação da mesma da data prevista para repasse após o recebimento até a data do efetivo repasse.

6.9 - A CONTRATADA disponibilizará a CONTRATANTE as informações relativas a arrecadação, por meio de teletransmissão eletrônica em até um dia útil após o dia da arrecadação.

6.9.1 - Após a retirada do meio de teletransmissão eletrônico por parte do CONTRATANTE, fica estabelecido o prazo semanal para leitura e devolução a CONTRATADA.

6.9.2 - No caso de apresentação de inconsistência a CONTRATADA, por sua vez, deverá regularizar dentro de 24 horas após a recepção do comunicado de inconsistência.

6.9.3 - Na caracterização de diferenças ou faltas de prestação das contas recebidas na CONTRATADA caberá ao CONTRATANTE o envio de cópias das contas que originaram a diferença, para regularização, dentro de 48 horas.

6.9.4 - Na caracterização de documentos de arrecadação recebidos pela CONTRATADA, fora da condição estabelecida nos itens 6.4 e 6.5, caberá a CONTRATANTE, tão somente, o envio dos dados constantes do DAM e dos valores repassados pela



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CONTRATADA, juntamente com os DAM's das DIFERENÇAS dos valores recebidos a menor, acrescidos das penalidades legais a que estiverem sujeitos, até a data do efetivo recolhimento.

6.9.5 – O Departamento de Água e Esgoto, por intermédio de seus agentes, poderá a qualquer tempo averiguar junto à CONTRATADA os comprovantes de arrecadação em seu poder, com o fito de evitar a suspensão do fornecimento de água de Unidades Consumidoras que houverem quitado seus débitos com atraso.

6.10 - A CONTRATADA não poderá restringir o recebimento da remuneração dos serviços de abastecimento de água potável de clientes e não clientes, nem mesmo reduzir os seus horários.

6.11 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições de habilitação exigidas para a sua assinatura.

6.12 - A CONTRATADA deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados.

6.13 - A CONTRATADA deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier causar ao CONTRATANTE ou aos usuários do serviço público de abastecimento de água potável, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, assegurado o direito a ampla defesa e ao contraditório em regular processo administrativo.

6.14 - O pagamento devido à CONTRATADA se fará em conta destinada para crédito da arrecadação no prazo de dois dias úteis (*float*), e débito automático das tarifas no mesmo prazo do crédito da arrecadação, ou seja o pagamento das tarifas se fará no momento do crédito da arrecadação, mediante o desconto, do montante arrecadado, da respectiva tarifa devida.

6.15 - O CONTRATANTE providenciará a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos usuários dos serviços de abastecimento de água potável.

6.16 – É facultado à CONTRATADA promover a divulgação de seu posto de arrecadação, a qual, caso efetuada, correrá por sua conta e responsabilidade.

7 – PRAZO DE CONTRATAÇÃO E DA RESCISÃO.

7.1 – O credenciamento estará permanentemente aberto aos interessados.

7.2 – O contrato a ser celebrado terá o prazo de execução de até 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

7.3 - A vigência do contrato será o prazo de execução acrescido de 90 (noventa) dias. Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

7.4 – O Contrato poderá ser rescindido nos termos dos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/93.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

8 - DO DESCREDENCIAMENTO E DA SUSPENSÃO

8.1 - O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, mediante notificação prévia, descredenciar a ora CONTRATADA, por interesse público, razões econômico-financeiras ou de política de gestão.

8.2 - A CONTRATADA somente poderá deixar de cumprir com o objeto do presente, se notificar ao CONTRATANTE com prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

8.3 - O CONTRATANTE poderá suspender temporariamente a execução do contrato da CONTRATADA, quando agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao Município ou aos usuários do serviço de abastecimento de água potável.

8.4 - O descredenciamento não eximirá a CONTRATADA das garantias e obrigações assumidas em relação aos objetos contratados.

9 - FISCALIZAÇÃO

9.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de exercer a fiscalização do objeto de que trata o presente credenciamento, por todos os meios que julgar pertinente.

9.1.1 - a fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os objetos contratados, não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade decorrente de culpa ou dolo no fornecimento dos objetos;

9.1.2 - ficará a CONTRATADA obrigada a supervisionar e fiscalizar seus serviços, sem prejuízo das prerrogativas do credenciador.

9.2 - A fiscalização da contratação será exercida por um representante do Departamento de Água e Esgoto, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4 - O fiscal do contrato lavrará relatório constando todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 - DAS PENALIDADES.

10.1 - Garantida a ampla defesa e o contraditório, em regular processo administrativo, estará a CONTRATADA sujeita as seguintes penalidades:



Município de Mercedes

Estado do Paraná

10.1.1 - Por infrações relativas ao não cumprimento do objeto, das obrigações e da forma de execução constantes deste edital, o CONTRATANTE poderá aplicar a pena de advertência e/ou a de suspensão temporária por período de até dois anos do credenciamento junto ao CONTRATANTE, bem como do direito de participar de licitação e de contratar com a Administração;

10.1.2 - Poderá ainda o CONTRATANTE emitir Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por período de até 02 (dois) anos, e/ou até que a CONTRATADA se reabilite perante a autoridade que aplicou a penalidade, mediante ressarcimento dos prejuízos causados e/ou após cumprimento das penas impostas;

10.1.3 – Em qualquer hipótese de inadimplemento contratual, poderá ser aplicada a CONTRATADA a pena de multa, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sob o valor total do contrato, que deverá ser recolhida aos cofres da Fazenda Pública Municipal em até 15 (quinze) dias da data de sua aplicação, mediante guia de recolhimento.

10.2 - As penalidades aqui previstas são autônomas, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

11 - DO PAGAMENTO

11.1 - Pela prestação dos Serviços, nos termos deste edital e do respectivo contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores estabelecidas no item 3 deste Edital.

11.2 – O pagamento devido à CONTRATADA se fará em conta destinada para crédito da arrecadação no prazo de dois dias (float), e débito automático das tarifas no mesmo prazo do crédito da arrecadação, ou seja o pagamento das tarifas se fará no momento do crédito da arrecadação, mediante o desconto, do montante arrecadado, da respectiva tarifa devida.

11.2.1 – O Departamento de Água e Esgoto definirá o montante da contraprestação devida à CONTRATADA, com base nos informes diários de arrecadação encaminhados.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

12.1 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de avaliar a qualquer época o credenciamento aqui pactuado, sob todos os aspectos, não gerando eventual denúncia do mesmo quaisquer direitos à CONTRATADA, relativos a indenização, lucros cessantes ou a qualquer outro título.

12.2 - Os casos omissos regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o artigo 55, inciso XII, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.3 – Serão incorporadas a este instrumento de credenciamento, mediante avisos de retificação, quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

13 - DO FORO.

13.1 - Para dirimir controvérsia decorrente deste procedimento, o Foro competente é o da Comarca de Marechal Cândido Rondon - PR, excluído qualquer outro.

Mercedes-PR, 04 de maio de 2023.

Laerton Weber
PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

ANEXO I MINUTA DE CONTRATO N.º ----/2023

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA ARRECAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MERCEDES E XXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MERCEDES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.719.373/0001-23, com sede administrativa na Rua Dr. Osvaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, o Exmo. Sr. Laerton Weber, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º x.xxx.xxx-x SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado na Av. XXXXXXXX XXXX, n.º xxx, xxxxxx, nesta Cidade de Mercedes, Estado do Paraná.

CONTRATADA: -----, pessoa jurídica de direito privado, com sede na ---
-----, inscrita no CNPJ/MF sob n.º -----
-----, por seu administrador -----, portador da Cédula de Identidade RG n.º
-----, inscrito no CPF/MF sob o n.º -----.

Os pactuantes, acima identificados e qualificados, pelos signatários do presente, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93, e demais legislação pertinente, pactuam entre si o presente credenciamento que terá como condições a Lei n.º 8.666/93 e as cláusulas que adiante seguem:

1 – OBJETO.

O presente CONTRATO tem por objeto o CREDENCIAMENTO da CONTRATADA, pelo CONTRATANTE, PARA EFETUAR A ARRECAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE MERCEDES, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO (FATURA, TARIFA E/OU OUTROS).

1.1 - A CONTRATADA ficará responsável pela administração do recebimento da remuneração dos serviços de abastecimento de água potável prestados pelo CONTRATANTE, representados por Documento de Arrecadação Municipal – DAM, com código de barras padrão FEBRABAN.

1.1.1 - Ao proceder a arrecadação, deve a CONTRATADA atestar no corpo do documento de arrecadação, por meio de carimbo, autenticação mecânica ou impressa, o recebimento do respectivo valor, com o registro da data de sua efetivação, ou então anexar ao documento de arrecadação impresso com a informação da quitação, exceto quando se tratar de débito automática em conta-corrente.

1.1.2 – A aceitação de cheques para pagamento da remuneração a ser arrecadada é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

1.1.3 – A atividade de arrecadação será desenvolvida sem subordinação, vínculo de emprego ou relação de trabalho.

1.2 - A CONTRATADA não se responsabilizará pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

I. o documento de arrecadação não seja adequado ao padrão FEBRABAN;

II. o documento de arrecadação for impróprio;

III. documento de arrecadação vencido emitido em anos anteriores;

IV. o documento de arrecadação contiver emendas e rasuras;

V. documento de arrecadação com valor em Valor de Referência (VR).

1.3 - Nos casos de recebimento indevido dos documentos de arrecadação a CONTRATADA assume total e integral responsabilidade pelo repasse das diferenças dos valores recebidos a menor, acrescidos das penalidades legais a que estão sujeitas até a data do efetivo recolhimento.

1.4 - A CONTRATADA recolherá as arrecadações, de acordo com as instruções de preenchimento e cálculos emanados pelo CONTRATANTE, de acordo com *layout* da guia de recolhimento.

1.5 - A CONTRATADA repassará o produto da arrecadação no 2º (segundo) dia útil após a data do recebimento.

1.5.1 - O repasse do produto de arrecadação será efetuado por meio de crédito em conta de livre movimentação da CONTRATANTE em instituição financeira oficial, devidamente informada à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido no item 1.5.

1.5.2 - A não observância do prazo estabelecido no item 1.5 implicará na obrigatoriedade de remuneração pela CONTRATADA ao CONTRATANTE com base na Taxa Referencial de Títulos Federais (Selic), calculada pela variação da mesma da data prevista para repasse após o recebimento até a data do efetivo repasse.

1.6 - A CONTRATADA disponibilizará a CONTRATANTE as informações relativas a arrecadação, por meio de teletransmissão eletrônica em até um dia útil após o dia da arrecadação.

1.6.1 - Após a retirada do meio de teletransmissão eletrônico por parte do CONTRATANTE, fica estabelecido o prazo semanal para leitura e devolução a CONTRATADA.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

1.6.2 - No caso de apresentação de inconsistência a CONTRATADA, por sua vez, deverá regularizar dentro de 24 horas após a recepção do comunicado de inconsistência.

1.6.3 - Na caracterização de diferenças ou faltas de prestação das contas recebidas na CONTRATADA caberá ao CONTRATANTE o envio de cópias das contas que originaram a diferença, para regularização, dentro de 48 horas.

1.6.4 - Na caracterização de documentos de arrecadação recebidos pela CONTRATADA, fora da condição estabelecida nos itens 1.1 e 1.2, caberá a CONTRATANTE, tão somente, o envio dos dados constantes do DAM e dos valores repassados pela CONTRATADA, juntamente com os DAM's das DIFERENÇAS dos valores recebidos a menor, acrescidos das penalidades legais a que estiverem sujeitos, até a data do efetivo recolhimento.

1.6.5 – O Departamento de Água e Esgoto, por intermédio de seus agentes, poderá a qualquer tempo averiguar junto à CONTRATADA os comprovantes de arrecadação em seu poder, com o fito de evitar a suspensão do fornecimento de água de Unidades Consumidoras que houverem quitado seus débitos com atraso.

1.7 - A CONTRATADA não poderá restringir o recebimento da remuneração dos serviços de abastecimento de água potável de clientes e não clientes, nem mesmo reduzir os seus horários.

1.8 - A CONTRATADA enviará o montante arrecadado correspondente à cobrança dos documentos de arrecadação ao CONTRATANTE em sua totalidade.

1.9 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições de habilitação exigidas para a sua assinatura.

1.10 - A CONTRATADA deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados.

1.11 - A CONTRATADA deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier causar ao CONTRATANTE ou aos usuários do serviço público de abastecimento de água potável, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, assegurado o direito a ampla defesa e ao contraditório em regular processo administrativo.

1.12 - O início dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA deverá ser imediato, logo após a assinatura do Contrato, cuja vigência será prorrogável por comum acordo entre as partes, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

1.13 - O pagamento devido à CONTRATADA se fará em conta destinada para crédito da arrecadação no prazo de dois dias (*float*), e débito automático das tarifas no mesmo prazo do



Município de Mercedes

Estado do Paraná

crédito da arrecadação, ou seja o pagamento das tarifas se fará no momento do crédito da arrecadação, mediante o desconto, do montante arrecadado, da respectiva tarifa devida.

1.14 - O CONTRATANTE providenciará a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos usuários dos serviços de abastecimento de água potável.

1.15 - É facultado à CONTRATADA promover a divulgação de seu posto de arrecadação, a qual, caso efetuada, correrá por sua conta e responsabilidade.

2 – VALOR.

2.1 – Os valores a serem pagos em face da prestação dos serviços são os seguintes:

Item	Qtd	Unid	Produto	R\$ Unit	R\$ Total
1	37000	unid	Documentos de Arrecadação (fatura, tarifa e/ou outros), com código de barras e prestação de contas por meio de meio eletrônico ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados. Documento a ser pago no por meio de débito automático em conta-corrente e/ou guichê da pessoa jurídica/instituição financeira.	1,40	51.800,00

Total Geral: R\$ 51.800,00 (cinquenta e um mil e oitocentos reais).

2.2 - O valor máximo pago pelas arrecadações será de R\$ 51.800,00 (cinquenta e um mil e oitocentos reais). Tal montante representa a estimativa de documentos a serem arrecadados, para um período de 12 (doze) meses, levando em consideração o histórico do exercício de 2022.

2.3 - O preço pelo qual é contratado o objeto poderá sofrer reajuste na periodicidade e forma definidas no parágrafo único art. 3º da Lei Ordinária Municipal n.º 1552, de 10 abril de 2019, independentemente da data de assinatura do contrato de prestação de serviços.

2.4 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.009.17.512.0009.2041 – Gestão do Sistema de Abastecimento de Água – SEMAE.

Elemento de despesa: 33903981

Fonte de recurso: 055

3 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA.

3.1 – O presente contrato tem o prazo de execução de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

3.2 - A vigência do contrato é o prazo de execução acrescido de 90 (noventa) dias.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

3.3 - Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

4 - DO DESCREDENCIAMENTO E DA SUSPENSÃO.

4.1 - O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, mediante notificação prévia, descredenciar a ora CONTRATADA, por interesse público, razões econômico-financeiras ou de política de gestão.

4.2 - A CONTRATADA somente poderá deixar de cumprir com o objeto do presente, se notificar ao CONTRATANTE com prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

4.3 - O CONTRATANTE poderá suspender temporariamente a execução do contrato da CONTRATADA, quando agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao Município ou aos usuários do serviço de abastecimento de água potável.

4.4 - O descredenciamento não eximirá a CONTRATADA das garantias e obrigações assumidas em relação aos objetos contratados.

4.5 - O Contrato poderá ser rescindido nos termos dos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/93.

4.6 - Ficam reconhecidos dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

5 – FISCALIZAÇÃO.

5.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de exercer a fiscalização do objeto de que trata o presente credenciamento, por todos os meios que julgar pertinente.

5.1.1 - A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os objetos contratados, não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade decorrente de culpa ou dolo no fornecimento dos objetos.

5.1.2 - Ficará a CONTRATADA obrigada a supervisionar e fiscalizar seus serviços, sem prejuízo das prerrogativas do CONTRATANTE.

5.2 - A fiscalização da contratação será exercida por um representante do Departamento de Água e Esgoto, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

5.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários



Município de Mercedes

Estado do Paraná

eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6 - DAS PENALIDADES.

6.1 - Garantida a ampla defesa e o contraditório, em regular processo administrativo, estará a CONTRATADA sujeita as seguintes penalidades:

6.1.1 - Por infrações relativas ao não cumprimento do objeto, das obrigações e da forma de execução constantes deste edital, o CONTRATANTE poderá aplicar a pena de advertência e/ou a de suspensão temporária por período de até dois anos do credenciamento junto ao CONTRATANTE, bem como do direito de participar de licitação e de contratar com a Administração;

6.1.2 - Poderá ainda o CONTRATANTE emitir Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por período de até 02 (dois) anos, e/ou até que a CONTRATADA se reabilite perante a autoridade que aplicou a penalidade, mediante ressarcimento dos prejuízos causados e/ou após cumprimento das penas impostas;

6.1.3 – Em qualquer hipótese de inadimplemento contratual, poderá ser aplicada a CONTRATADA a pena de multa, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sob o valor total do contrato, que deverá ser recolhidas aos cofres da Fazenda Pública Municipal em até 15 (quinze) dias da data de sua aplicação, mediante guia de recolhimento.

6.2 - As penalidades aqui previstas são autônomas, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

7 - DO PAGAMENTO.

7.1 - Pela prestação dos Serviços, nos termos deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores estabelecidas na cláusula 2 deste instrumento.

7.2 – O pagamento devido à CONTRATADA se fará em conta destinada para crédito da arrecadação no prazo de dois dias (float), e débito automático das tarifas no mesmo prazo do crédito da arrecadação, ou seja o pagamento das tarifas se fará no momento do crédito da arrecadação, mediante o desconto, do montante arrecadado, da respectiva tarifa devida.

7.2.1 – O Departamento de Água e Esgoto definirá o montante da contraprestação devida à CONTRATADA, com base nos informes diários de arrecadação encaminhados.

7.2.2 - A mora injustificada sujeitará o CONTRATANTE ao pagamento de correção monetária a ser calculada com base na variação do IPCA-IBGE verificada entre a data em que deveria se dar o adimplemento e a data em que efetivamente ocorreu.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

8.1 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de avaliar a qualquer época o credenciamento aqui pactuado, sob todos os aspectos, não gerando eventual denúncia do mesmo quaisquer direitos à CONTRATADA, relativos a indenização, lucros cessantes ou a qualquer outro título.

8.2 - Os casos omissos regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o artigo 55, inciso XII, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.3 – Serão Incorporadas a este instrumento de credenciamento, mediante termos aditivos, quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como, a prorrogação de prazos, renovação e normas gerais.

8.4 – Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, o Edital de Credenciamento n.º 1/2023 e o processo de Inexigibilidade de Licitação n.º xx/2023.

9 - DO FORO

Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR, excluído qualquer outro.

Mercedes-PR, xx de xxxxxxxx de 2023

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

CPF n.º

CPF n.º